



## RECOMENDAÇÕES DE GELEDÉS - INSTITUTO DA MULHER NEGRA PARA PLANO DE AÇÃO DE GÊNERO E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

*“O racismo ambiental e a injustiça climática interagem com outras formas de exclusão social, como a discriminação em razão de gênero, idade e deficiência. Análises interseccionais de violações de direitos humanos relacionadas ao meio ambiente e ao clima devem reconhecer que mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência e pessoas de gênero e sexualmente diversas que são membros de povos racialmente marginalizados enfrentam distintas violações de direitos humanos. Várias apresentações deixaram esse ponto explícito. As mulheres, em particular, desempenham papéis importantes na vida rural e agrícola, e geralmente estão na linha de frente das violações de direitos humanos relacionadas ao meio ambiente e ao clima. De fato, a Relatora Especial sobre violência contra mulheres e meninas relatou que a violência induzida pelas mudanças climáticas contra as mulheres é um fenômeno distinto causado pela feminização de vulnerabilidades que se cruzam. Idosos e crianças também são vulneráveis aos danos climáticos, principalmente quando vivem em comunidades economicamente marginalizadas ou Estados com recursos econômicos limitados para atender às suas necessidades específicas.”  
Relatora Especial das Nações Unidas sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância conexa, E. Tendayi Achiume.*

Geledés - Instituto da Mulher Negra, uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigente na sociedade brasileira apresenta contribuições acerca da situação das mudanças climáticas no Brasil para serem consideradas como contribuição no âmbito do Plano de Ação de Gênero, incluindo diversos desafios que podem ter impacto na implementação futura do plano de ação de gênero a todos os níveis.

Os desastres climáticos que ocorreram no último ano têm sido fundamentais para reconhecer que os impactos das alterações climáticas são sexistas, racistas e que as soluções climáticas não podem reforçar ainda mais as desigualdades sociais que

se estruturam e se manifestam a partir de raça e gênero. A crise climática não é a mesma crise para todos e a população afrodescendente, em especial mulheres e crianças, enfrentam os seus piores efeitos, apesar de ter feito o mínimo para causá-la. As práticas discriminatórias baseadas em raça e gênero, as normas socioculturais, os mitos, as leis e a discricionariedade nos investimentos públicos criam condições desproporcionais para o enfrentamento das mudanças climáticas, fazendo com que seus impactos pesem mais sobre mulheres e crianças em toda a sua diversidade, uma vez que não somente são excluídas dos recursos necessários para a adaptação, mas também são privadas do acesso a oportunidades, bens e serviços dado o racismo sistêmico, independentemente de sua posição na pirâmide social e assim são mais vulnerável a perdas e danos.

Também é preciso considerar as diferentes responsabilidades na origem dessa crise. Como demonstra o relatório "[Confronting Carbon Inequality da Oxfam](#)", os mais ricos são responsáveis pela maior parte das emissões cumulativas entre 1990 e 2015 e a maior parte dessas pessoas vive em países centrais, de economias industrializadas. Além disso, esses padrões de emissão variam muito entre os estereótipos de gênero, raça e relações de poder. Via de regra, as [empresas mais ricas e que mais com mais](#) emissões são gerenciadas por homens brancos de economias industrializadas, que são os que mais se beneficiam das atividades que originam essa crise.

As políticas climáticas e os processos de suas negociações são altamente patriarcais e racistas, além de não abordarem as aspirações e prioridades das mulheres afrodescendentes. A falta de inclusão das mulheres na elaboração de políticas climáticas significa que os seus direitos, necessidades e vozes são deixados de fora e desconsiderados.

As economias globais precisam enfrentar esse sistema econômico que aprofunda as desigualdades, o racismo sistêmico, as injustiças de gênero e a degradação ambiental, especialmente em territórios já vulnerabilizados. Entretanto, torna-se cada dia mais evidente que muitos dos atuais planos para corrigir as emissões globais, que são nomeadamente de NDCs, e os planos nacionais, repetem padrões de desigualdades sociais e raciais sistêmicas. No Brasil, a produção e utilização de energias renováveis, como os biocombustíveis, por exemplo, afeta a segurança alimentar, interfere nas dinâmicas de propriedade da terra, geralmente intensificando tendências de concentração fundiária, e ameaça os direitos das mulheres afrodescendentes e quilombolas. Até mesmo projetos de energia solar e eólica podem gerar apropriação de terras e degradação ambiental, desdobrando-se no deslocamento compulsório de milhares de famílias lideradas por mulheres afrodescendentes, quilombolas e indígenas.

Os defensores da terra, das florestas e dos direitos humanos têm lutado há muito tempo contra atividades extrativistas e projetos associados à noção de

desenvolvimento, que na prática intensificam a crise climática, pressionam aqueles que vivem nos territórios mais vulnerabilizados, desmatam florestas e demais biomas, poluem o ar e contaminam cursos d'água, quebram relações comunitárias e geram deslocamentos forçados. Essas atividades são as responsáveis pelas violações sistemáticas dos direitos das mulheres afrodescendentes, quilombolas, rurais e indígenas.

## **RECOMENDAÇÕES DE GELEDÉS - INSTITUTO DA MULHER NEGRA PARA AGENDA CLIMÁTICA**

É importante destacar que o racismo ambiental interage com demais formas de exclusão social. Nesse sentido, **análises interseccionais** de violações de direitos humanos relacionadas ao meio ambiente e ao clima devem reconhecer que pessoas afrodescendentes e indígenas, principalmente mulheres e crianças, são excluídas e enfrentam distintas violações de direitos humanos. A crise climática e ambiental afeta de forma desproporcional as comunidades mais vulnerabilizadas, o que no caso brasileiro inclui especialmente afrodescendentes e quilombolas. Portanto, essa forma de discriminação deve ser reconhecida e abordada, a fim de que possa ser enfrentada de modo eficaz nas discussões sobre mudanças climáticas.

As desigualdades de raça e gênero estão intrinsecamente ligadas, e devem ser tratadas de maneira integrada. Isso requer uma abordagem holística que leve em consideração a complexidade dessas questões. É preciso combater a significativa invisibilidade das mulheres afrodescendentes e indígenas nas agendas climáticas e de desenvolvimento. Essas mulheres desempenham um papel fundamental na linha de frente da defesa de suas comunidades e enfrentam desafios únicos que devem ser abordados de maneira específica;

Nesse sentido, **recomendamos:**

***que a questão racial seja considerada sempre que a questão de gênero for abordada.***

1. **Recomendamos:** Considerar raça e gênero como temas centrais na revisão e planejamento nacional das NDC e das comunicações nacionais e não limitado apenas às partes;
2. **Recomendamos:** Institucionalizar na UNFCCC a participação significativa e a tomada de decisões por parte da população afrodescendente na governança climática global e nacional, incluindo mulheres afrodescendentes,

jovens, sejam elas periféricas na zona urbana, rurais ou quilombolas;

3. Qualquer ação para lidar com perdas e danos deve ter uma perspectiva de gênero e raça explícita para garantir que as desigualdades não se aprofundem, mas em vez disso sejam reduzidas. Neste sentido:

**Recomendamos:** assegurar que qualquer financiamento para perdas e danos seja acessível às mulheres afrodescendentes e às organizações de mulheres, simplificando os processos de submissão e de financiamento e através de informações, capacitações e construção de capacidade.

**Recomendamos:** que o conhecimento gerado a partir de experiências territoriais lideradas por mulheres sejam incluídos em todas as fases das ações;

**Recomendamos:** integração de mulheres afrodescendentes na formulação de estratégias e propostas de reparação – desde as etapas de planejamento e implementação, até as de monitoramento e avaliação;

4. As vozes de mulheres afrodescendentes devem ser amplificadas através de ações proativas. Governos e a sociedade civil devem respeitar estas pessoas como titulares de direitos e tomadoras de decisão, não apenas como “beneficiários”. Para isso, o conhecimento produzido e a experiência adquirida por mulheres, a partir de suas comunidades e territórios, devem estar na linha de frente e fazer parte das soluções para a crise climática. Neste sentido:

**Recomendamos:** Que as políticas voltadas para mitigação e adaptação climáticas sejam compatíveis territorial e culturalmente com as práticas de proteção à natureza já desenvolvidas, especialmente quando se tratar de saberes ancestrais guardados por mulheres afrodescendentes, sejam elas de áreas urbanas periféricas ou rurais, quilombolas e indígenas e de direitos individuais e coletivos de cada território;

5. O impacto das ações climáticas são diferentes em termos de raça e gênero e devem ser reconhecidos através de processos eficazes de produção e geração de dados desagregados e de elaboração de relatórios periódicos. Estes impactos não podem ser ignorados concentrando apenas em médias globais ou nacionais, que não respeitam raça e gênero. Neste sentido:

**Recomendamos:** que todas as partes produzam informações racializadas, especialmente sobre demandas e ações de adaptação, e em caso de perdas e danos;

**Recomendamos:** que todas as partes devem ter pontos focais nacionais para raça e gênero e estes devem se articular e estar em constante diálogo com organizações, grupos e articulações de mulheres e organizações da sociedade civil que trabalham com mulheres;

6. Raça e gênero devem ser integrados no planos nacionais de adaptação e planos para prevenção de desastres, que reconheça as mulheres afrodescendentes como partes do processo capazes de mudança. É fundamental e necessário reconhecer e dar protagonismo ao conhecimento

tradicional resiliente que existe dentro das comunidades com experiências de mulheres em relação à adaptação climática, governança, segurança hídrica e agricultura e a sua ligação aos direitos humanos ao tomar decisões sobre o futuro do planeta. Neste sentido:

**Recomendamos:** que os Estados parte forneçam acesso às mulheres afrodescendentes os recursos adequados para atividades de implementação e recuperação em seus próprios territórios;

7. É preciso garantir que os espaços de negociação da UNFCCC não sejam dominados por homens brancos e formas de negociação sistêmicas do patriarcado. Neste sentido:

**Recomendamos:** que os Estados parte assumam compromisso com a diversidade e fomentem o acesso e a participação efetiva das mulheres afrodescendentes e africanas nos espaços de negociação internacionais e nacionais;

8. Aproximar as discussões sobre justiça climática às discussões sobre desenvolvimento sustentável. Neste sentido:

**Recomendamos:** que em todos os documentos de negociação da UNFCCC seja incluído este parágrafo aprovado na Declaração Política do Fórum Político de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Sustentável realizado sob os auspícios da Assembleia Geral em 2023:

***We commit to stepping up our efforts to fight against racism, all forms of discrimination, xenophobia and related intolerance, stigmatization, hate speech, through cooperation, partnership and inclusion and respect for diversity.***